

## **Ainda é possível um acordo Mercosul-UE?**

Ainda há sinais de vida, mas, apesar dos esforços que se podem observar, não será fácil reanimar, a curto-prazo, as negociações na OMC. Imprevistos, no entanto, podem mudar o rumo dos acontecimentos – isso mesmo ocorreu em 2001, no caminho que levou a Doha.

Com a ronda de Doha no limbo, reactiva-se a ideia de concluir um acordo com Mercosul com a União Europeia. Assim o confirmou o ministro dos Negócios estrangeiros Celso Amorim, quando explicou, perante o Parlamento do Mercosul, os objectivos do Brasil para o segundo semestre de 2008, quando ocupa a Presidência pro-tempore.

Será possível? Em teoria, sim. Na prática, é necessário ver se os negociadores dos dois lados têm o oxigénio político suficiente para ultrapassar os obstáculos que persistem. O problema é que esses obstáculos são semelhantes aos que estão na base no fracasso ministerial em genebra. Basicamente, têm a ver com o equilíbrio entre o que efectivamente se recebe e o que se tem que dar, nos produtos agrícolas (acesso a mercados e subsídios), por um lado, e nos industriais, por outro. Em Genebra, a Argentina e o Brasil não apresentaram posições semelhantes na sua apreciação desse equilíbrio, o que não é um dado menor a ter em conta num eventual relançamento das negociações bi-regionais.

Na verdade, o bloqueio na ronda de Doha tem também muito a ver com percepções internas em alguns países em relação ao equilíbrio entre custos e benefícios no resultado final das negociações. Quanto menos nítidos e de mais longo-prazo forem os eventuais benefícios, mais resistências haverá para aceitar concessões que possam ter custos políticos imediatos.

Alcançar esses pontos de equilíbrio parece ser o grande desafio para as negociações bi-regionais. É talvez por isso que, para além de declarações próprias das diplomacias mediáticas, não se vislumbram claros incentivos para que voltem a entrar nos carris, com vista à sua conclusão. Nesse caso, o seu estado de hibernação seria mais conveniente para ambas as partes do que os hipotéticos resultados que se poderiam alcançar.

Do lado europeu, diminuíram alguns incentivos para a negociação. Por um lado, há a percepção de que o Mercosul está muito longe do que tinham imaginado e que deve ainda superar alguns problemas internos que afectam a sua credibilidade. O ministro Celso Amorim reiterou a prioridade de eliminar a dupla tributação das pautas aduaneiras, de aprovar o Código Aduaneiro e fortalecer a secretaria técnica – medidas que contribuiriam para diminuir o défice de credibilidade do Mercosul. Mas, só na medida em que tal se concretize de facto, pois estes mesmo objectivos já foram anunciados noutras ocasiões. Por outro lado, os europeus não têm hoje o incentivo de evitar desvios dos seus fluxos de comércio e de investimentos que resultariam de um acordo preferencial entre o Mercosul e os Estados Unidos. Essa perspectiva, pelo menos por agora, não está no horizonte.

Do lado do Mercosul, é difícil imaginar que numa negociação bi-regional se possa obter dos europeus aquilo que até agora foi impossível na ronda de Doha. E a opção de um

acordo menos ambicioso do que o imaginado ainda não foi incorporada na estratégia negocial.

A tentação de preservar o *status quo* nas negociações bi-regionais pode, assim, ser muito grande. O problema é que tal estimularia estratégias bilaterais, como é o caso da aliança estratégica do Brasil com a União Europeia. Não inclui elementos preferenciais mas, ainda assim, poderia acentuar o predomínio de forças centrífugas que levam à erosão da ideia de um Mercosul, concebido como plataforma para negociar e competir à escala global.

Sem prejuízo do que se tente para relançar as negociações bi-regionais, uma opção seria utilizar todo o potencial de instrumentos existente no Acordo-Quadro de Cooperação Mercosul-União Europeia, assinado em Madrid em 1995. Ainda está em vigor e contém mecanismos que, a serem plenamente utilizados, permitiriam avançar pragmaticamente nas relações económicas bi-regionais.

**Félix Peña.** Director, Instituto de Comércio Internacional da Fundação BankBoston, Buenos Aires. Este artigo foi originalmente publicado no jornal *El Cronista*, a 26 de Agosto de 2008.